

10.julho.2014 – 13h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** Associação de Realizadores de Cinema e Audiovisuais (ARCA)
José Carlos de Oliveira
- Recebidos por:** Deputados Gabriela Canavilhas (PS), Conceição Pereira e Isilda Aguincha (PSD), Miguel Tiago (PCP) e Catarina Martins (BE).
- Assunto:** Procedimentos relativos à seleção dos jurados para os concursos aos Programas de Apoio Financeiro do Instituto do Cinema e do Audiovisual, no âmbito da Secção Especializada do Cinema e do Audiovisual do Conselho Nacional de Cultura.

Exposição: O Dr. José Carlos Oliveira agradeceu a concessão da audiência e fez uma apresentação dos fundamentos que presidiram ao pedido de audiência e que a seguir se indicam.

Após um breve enquadramento da Lei do Cinema e do Audiovisual e dos seus impactos, referiu-se aos procedimentos relativos à escolha dos jurados para a Secção Especializada do Cinema e do Audiovisual (SECA) do Conselho Nacional de Cultura, onde têm assento todos os que criam e produzem e os que, direta ou indiretamente, são obrigados a financiar o cinema português. Afirmou que o comportamento da Presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA), que é, por inerência, presidente da SECA, se tem pautado pelo favorecimento, sectarismo, falta de rigor e de transparência.

Enumerou, de seguida, alguns dos procedimentos que conduziram à nomeação dos jurados (que podem ser consultados no documento entregue e que se encontra disponível na [página da Comissão](#)), considerando que se trata de procedimentos criticáveis, obscuros e sectários e que não tiveram em conta as sugestões apresentadas pelas instituições representadas na SECA. Afirmou ainda que todos os jurados pertencem a uma única tendência estética de cinema e concluiu que este sistema afasta os espetadores das salas de cinema.

Terminou, chamando a atenção para o facto de um jurado, que faz parte da associação de produtores, ter colocado 17 dos 23 jurados na SECA, o que configura, segundo considerou, uma perversão da democracia.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD), que agradeceu a exposição e referiu-se ao variado leque de matérias abordadas e que merecem, segundo considerou, uma reflexão mais aprofundada. Relativamente à SECA, lembrou que existe enquadramento legal que define a sua composição e os seus critérios e disse dispor de informação de que os procedimentos decorreram de acordo com as regras estabelecidas. Terminou, solicitando esclarecimentos adicionais sobre a referência à situação de um jurado ter indicado 17 jurados, visto não ter tido eco de manifestações de desagrado.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) agradeceu a exposição e afirmou ter tomado boa nota das questões levantadas, considerando, no entanto, que existem também outras mais profundas e sobre as quais importa também refletir. Considerou que a preponderância de uma escola estética na composição do júri conduz ao enviesamento das decisões, reconhecendo, contudo, que tal pode acontecer, mesmo cumprindo todos os requisitos legais. Concluiu, referindo que vai tentar obter esclarecimentos sobre este processo junto do Governo.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) agradeceu a exposição e referiu-se às obrigações dos operadores privados, considerando-as muito reduzidas. A este respeito, disse estranhar que integrem a SECA entidades, como a distribuição, que não têm quaisquer obrigações. Terminou, referindo que o alerta deixado é muito importante para se perceber a transparência na tomada de decisões, pese embora a Assembleia da República não possa alterar a composição da SECA.

A Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS) lembrou que os modelos de escolha são sempre criticáveis e a propósito da escolha de jurados, considerou que não fazer sentido atribuir a todos o mesmo peso. Disse ainda estranhar que as escolhas recaiam numa lista que é tendenciosa para uma facção do cinema e terminou, solicitando informações mais pormenorizadas sobre este processo e sugestões para tornar o processo mais democrático.

O Dr. José Carlos Oliveira disse dispor de documentação, que fará chegar à Comissão, que confirma que um elemento da SECA indicou 17 jurados. Referiu-se, de seguida, à obstinação e falta de sensibilidade da Presidente da ICA relativamente aos protestos registados nas 4 reuniões. Concluiu, defendendo que, como órgão colegial, a SECA deveria reequilibrar as diversas tendências para se alcançar um consenso.

A Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS) anunciou que o PS vai apresentar um requerimento na Comissão, a solicitar a audição da Presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual, para prestar esclarecimentos sobre este processo.

A documentação da reunião, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na internet](#).

Palácio de São Bento, 10 de julho de 2014

A assessora da Comissão
Cristina Tavares